

Assunto: Julgamento de Repercussão (Vítima: Fernanda Nóbrega)	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: leitura dinâmica	Seção/Repórter:
Página: a2	Data: 09/01/2015

DIARIO de PERNAMBUCO

PÁGINA A6

Primeira audiência hoje

O julgamento é do caso de Fernanda Nóbrega, que morreu após uma cirurgia de redução de estômago.

Assunto: Caso Fernanda: Primeira audiência de julgamento	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: local	Seção/Repórter:
Página: a6	Data: 09/01/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

CASO FERNANDA

Primeira audiência de julgamento

Acontece hoje, no Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, a primeira audiência do julgamento da ação penal do caso de Fernanda Nóbrega, que morreu após uma cirurgia de redução de estômago. O cirurgião Gustavo Menelau é acusado de homicídio culposo e será julgado por negligência.

Assunto: Vereadores afastados, mas com salários em dia	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção/Repórter:
Página: b3	Data: 09/01/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Vereadores afastados, mas com salários em dia

ANNA CLARICE ALMEIDA/DP/D.A PRESS



Dos 23 legisladores, cinco estão afastados por determinação judicial

Câmara de Caruaru vem gastando R\$ 45 mil a mais por mês com legisladores acusados de corrupção. Despesa deve dobrar em breve

JOÃO VITOR PASCOAL
Especial para o Diário
política.pe@dabr.com.br

Desde outubro do ano passado, a Câmara de Caruaru, no Agreste, vem acumulando uma despesa extra na folha de pessoal que repercute mensalmente em R\$ 45 mil nos cofres da Casa. Esse dinheiro vem sendo destinado a pagar os salários dos cinco vereadores - a remuneração é de R\$ 9 mil e os suplentes empossados também recebem o mesmo valor afastados do Legislativo municipal por determinação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) em 26 de agosto de 2014. Outros cinco também estão prestes a deixar suas funções, faltando apenas que a Câmara e a quarta Vara Criminal do município sejam notificadas, via postal, da decisão do TJPE, anunciada no último dia 16. Os dez vereadores são investigados na Operação Ponto Final I e II e acusados de organização criminosa, concussão e corrupção passiva. Ou seja, a conta para bancar os vereadores que não estão trabalhando, mas continuam recebendo seus vencimentos em dia, vai dobrar e a Câmara arcará com a remuneração de 33 legisladores, quando somente 23 foram eleitos pela população caruaruense.

De acordo com o procurador da Câmara Municipal, José Américo, a continuidade dos pagamentos dos salários dos vereadores afastados está prevista em lei. "A própria legislação prevê que eles continuam recebendo normalmente, não há nenhum problema legal nisso. Essa notificação do Tribunal de Justiça determina a suspensão do exercício da função, não a perda do cargo", explicou.

Com o aumento de 43% na folha salarial somente com os gastos extras com salários dos

vereadores, a Câmara deverá fazer cortes para que não infrinja a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que proíbe gastos dos legislativos municipais com pagamento de pessoal superior a 70% do orçamento total. "Vamos fazer alguns ajustes na Casa. Não podemos ultrapassar o limite estabelecido

pela LRF. Teremos uma reunião na próxima semana sobre essa questão para que haja uma definição sobre como serão feitos os ajustes financeiros", apontou Américo.

Mesma história

Caruaru já viveu situação semelhante nos primeiros me-

ses de 2014, quando os mesmos dez políticos foram afastados pela Justiça e, posteriormente, conseguiram judicialmente o direito de voltar às suas funções. Na ocasião, a Câmara exonerou funcionários comissionados para que pudesse arcar com o pagamento dos novos vereadores.

Os legisladores afastados ainda podem recorrer junto ao TJPE e, caso sejam novamente bem-sucedidos, os suplentes deixarão os cargos. Após o esgotamento dos recursos no tribunal, ainda caberão recursos no Supremo Tribunal de Justiça e, posteriormente, no Supremo Tribunal Federal.

+ saibamais

5 vereadores já foram afastados desde agosto, o que obrigou a Câmara a empossar seus respectivos suplentes

R\$ 9 mil

é o salário de um vereador em Caruaru

R\$ 45 mil

é quanto a Câmara de Caruaru está pagando a mais mensalmente para bancar os vereadores afastados

R\$ 90 mil

será o valor que a Câmara vai passar a gastar mensalmente depois que os outros cinco vereadores forem afastados.

R\$ 135 mil

foi o valor que a Câmara já gastou, nos últimos três meses, para manter os legisladores afastados

R\$ 207 mil

é a folha regular da Câmara com os 23 vereadores da Casa

R\$ 297 mil

será o valor para manter os 33 vereadores, entre os 23 eleitos e os 10 suplentes

43,4%

é o percentual de aumento na folha dos vereadores

LINHA DO TEMPO

18 de dezembro de 2013

A Polícia Civil deflagra a Operação Ponto Final I, e 10 vereadores de Caruaru são presos

24 e 25 de dezembro de 2013

Vereadores conseguem liberdade após habeas corpus e pagamento de fiança

29 de janeiro de 2014

A Polícia Civil deflagra Operação Ponto Final II. Cinco vereadores têm as prisões decretadas

4 de fevereiro de 2014

Acusados da Ponto Final II têm liberdade concedida pelo TJPE

26 de agosto

Depois de várias reviravoltas, investigados pela Ponto Final II são afastados do cargo pelo TJPE

8 de outubro

Suplentes assumem vagas dos cinco vereadores afastados pela Ponto Final II

16 de dezembro de 2014

TJPE determina afastamento dos 10 acusados pela Ponto Final

19 de dezembro de 2014 e 2 de janeiro de 2015

Apesar da decisão, os cinco vereadores continuam exercendo a função normalmente, inclusive, participando da eleição e da posse da nova Mesa Diretora da Câmara, que ocorreram, respectivamente, nessas datas

Na espera

A Câmara de Caruaru e a 4 Vara Criminal do município esperam a notificação, via postal, da decisão do TJPE, anunciada no último dia 16 para afastar os cinco vereadores restantes. A assessoria do TJPE informou que o documento referente à decisão foi enviado pelo Tribunal com destino a Caruaru no dia 22 de dezembro e deve chegar ao destino nos próximos dias.

OPERAÇÃO PONTO FINAL

■ 10 vereadores acusados de organização criminosa, concussão (exigência de valores para aprovação de projetos municipais) e corrupção passiva

Os acusados são:

Val de Cachoeira Seca (DEM), Val das Rendelras (Pros), Evandro Silva (PMDB), Neto (PMN), Jádriel Nascimento (Pros), Eduardo Cantarelli (Solidariedade), Cecílio Pedro (PTB), Jajá (sem partido), Louro do Juá (SD) e Sivaldo Oliveira (PP)

OPERAÇÃO PONTO FINAL II

5 vereadores acusados de cobrar propina para votar contra a instalação de uma CPI para investigar supostas irregularidades da prefeitura apontadas pela Controladoria-Geral da União (CGU)

Os envolvidos são:

Val de Cachoeira Seca (DEM), Val das Rendelras (Pros), Evandro Silva (PMDB), Neto (PMN) e Jádriel Nascimento (Pros)

Assunto: Superlotação de unidades para jovens infratores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção/Repórter: Folha da Cidade/Robson Sampaio
Página: 2	Data: 09/01/2015



A superlotação ocorre também...

As farras e o desmando dos presos, em Pernambuco, passam pela superlotação dos presídios e, também, pela falta de agentes penitenciários. São 81.500 vagas para uma população carcerária de 31 mil detentos. E, sobretudo, pela ausência de um pulso forte, na administração das penitenciárias, nesses últimos oito anos ou mais no Estado. Além, é claro, da agilização processual dos presidiários, pois muitos já deveriam estar fora das celas. O pior é que a situação dos jovens infratores internos é bem parecida, conforme relatório sobre as nove unidades de acolhimento, entre Casas de Atendimento Socioeducativo e Casas de Semiliberdade do Recife e da Região Metropolitana. E apresentado, em dezembro passado, pelo coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Luiz Carlos Figueiredo. Dos com 832 jovens, 20 tiveram progressão durante audiências e quatro tiveram extinção da medida.

“O RELATÓRIO foi pedido pela Secretaria da Criança e da Juventude e pela Funase ao desembargador Humberto Vasconcelos, da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)”.

...nas unidades para...

Expedito Lima//Arquivo Folha

De acordo com o desembargador, não existe número excessivo de jovens com privação de liberdade por cometer infrações leves. O que existe é falta de unidades



suicientes para todos. O Estado está fazendo um esforço, mas o ritmo não acompanha o tamanho do problema.”

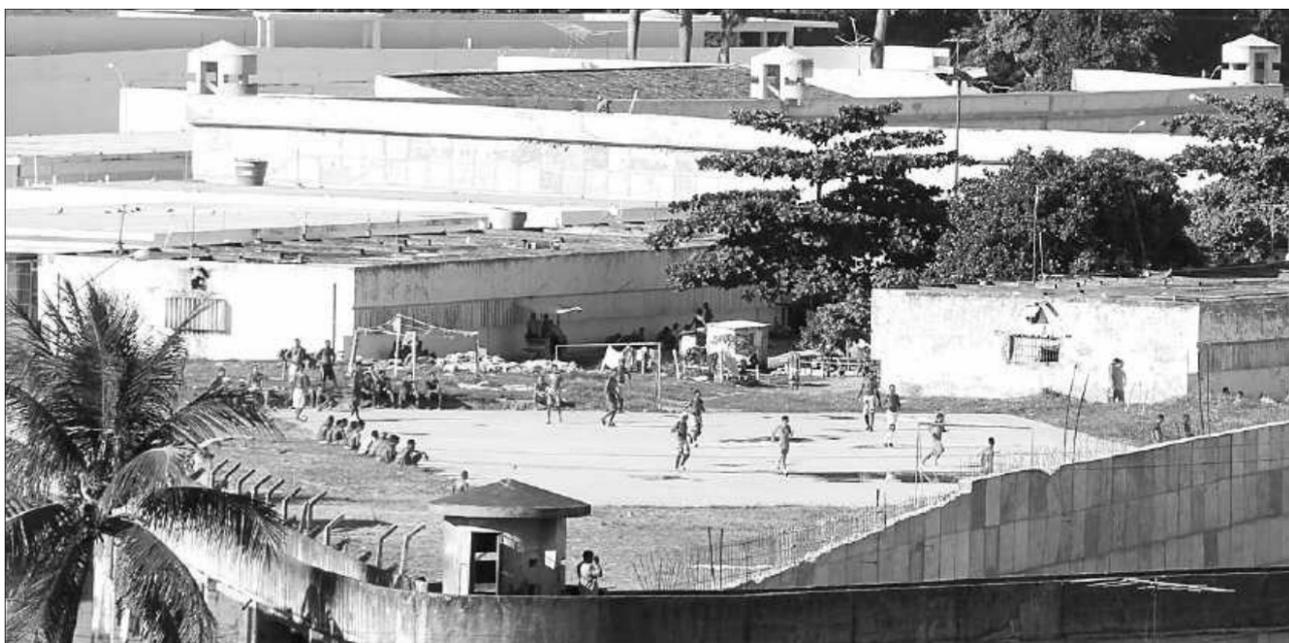
■ **...MENORES INFRATORES** - Da lista da Funase, 37 foram mantidos cumprindo as mesmas medidas e 11 progrediram normalmente, por estar no prazo para reavaliação. O relatório mostra que, das nove unidades analisadas, cinco estão com número de internos acima da capacidade.

Assunto: MPPE defende ressocialização	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção/Repórter
Página: 3	Data: 09/01/2015



Órgão propõe criação de política de reinserção dos detentos

MPPE defende ressocialização



COMPLEXO Prisional do Curado foi palco de várias irregularidades que motivaram a queda do secretário. Mais de 50 facões foram encontrados na unidade na última revista

PROMOTOR **Marcellus Ugiette** **sugere mudança** **de filosofia e a** **elaboração de novas** **estratégias para o** **sistema prisional**

EDWARD PENA

A criação de uma política de ressocialização em Pernambuco. Esse será o principal desafio que o coronel reformado da Polícia Militar Eden Zespaziano, que assume hoje a Secretaria-Executiva de Ressocialização, terá que enfrentar. O alerta é do promotor da Vara de Execuções Penais Marcellus Ugiette, ao se referir a uma herança que compreende 32 mil detentos, 20 mil a mais do que a capacidade atual do sistema, e que sofre com problemas de infraestrutura. Além disso, o novo secretário também herdou um orçamento apertado. Atualmente, cada preso custa cerca R\$ 3,2 mil para os cofres públicos, o que totaliza mais de R\$ 100 mil mensais.

Às vésperas do anúncio de uma série de medidas emergenciais que será divulgada pelo governador Paulo Câmara, a promotoria se pronunciou quanto aos problemas já conhecidos da população. “É superlotação. É problema de infraestrutura. O nú-

mero de problemas é muito grande, para resolver em um passe de mágica. A gente tem que sentar e reunir todos os envolvidos para planejar um projeto de política penitenciária para o Estado. Se não fizermos isso, vai mudar secretaria, sair e entrar secretários e o cenário continuará o mesmo”, ressaltou Marcellus Ugiette.

Sobre as últimas denúncias, que mostraram guaritas sem policiamento e a farra dos presos dentro do Complexo do Curado, o promotor considerou ser necessário repensar todo o sistema. “As estruturas são todas do mesmo jeito. A gente tem que ter ações emergenciais, que são a imediata instalação de Itaquitinga (presídio da Mata Norte, cuja obra parou faltando apenas 40% para ser concluída), a continuidade da Pai (Penitenciária Agroindustrial) e da Barreto Campelo”, disse.

Ugiette comentou, ainda, que falta investir em equipamentos e também em profissionais, mas não é só isso. “Não adianta botar dois mil agentes nessa situação que a gente vive agora. Não vai resolver. Tem 130 para serem nomeados, mas se a gente não tiver um planejamento, uma política de estado para o sistema penitenciário que não será pensada por cientista político, não iremos a lugar algum. Essa política tem que ser pensada por quem

Folha resume

Após anúncio da troca de gestores na Secretaria-executiva de Ressocialização, promotoria declara que o Estado não tem uma política de ressocialização concreta. Para controlar os problemas do sistema penitenciário do Estado, o Governo nomeou o coronel reformado Eden Vespaziano, que assume a pasta hoje.

trabalha nas unidades”, avaliou.

MODELO

O promotor Marcellus Ugiette revelou que enviou um projeto intitulado Desencarceramento Responsável ao secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico. O texto discorre sobre a possibilidade de deixar que os detentos tivessem prisões domiciliares, monitoradas pela Secretaria de Ressocialização. “São alternativas. Isso não seria para todos os presos. Apenas para aqueles que conquistassem o direito à semiliberdade, que têm menor potencial ofensivo para a sociedade. Existem vários mecanismos tecnológicos que podem ser utilizados nesses monitoramentos”. adiantou.

Durante a nomeação do nome do novo gestor da Secretaria-Executiva de Ressocialização (Seres), realizado na última quarta-feira, o secretário Pedro Eurico revelou

Saiba mais

TORNOZELEIRAS -

Atualmente, o Estado dispõe de 1,5 mil dispositivos, quando a necessidade é de, pelo menos, 3 mil. A Seres admite que precisa ampliar o número de equipamentos e revela que a quantidade de fuga nesse modelo de prisão semiaberta não chega a 6%.

que o Governo Estadual se comprometeu em disponibilizar cerca de R\$ 40 milhões para serem investidos no sistema carcerário. A Seres foi procurada pela **Folha** para comentar esse investimento e os desafios da nova gestão. No entanto, até o fechamento desta edição, às 22h, a assessoria de Imprensa do órgão não havia se pronunciado.

Assunto: Imagens revelam superlotação em outro presídio do Grande Recife; veja	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 09/01/2015
Editoria:	Seção:



Imagens revelam superlotação em outro presídio do Grande Recife; veja

Falta de espaço faz com que presos usem mesas do refeitório como camas. Salas de aula viram pavilhões na Penitenciária Agroindustrial de Itamaracá.



Após a divulgação do vídeo que mostra a realização de festas, fabricação de cachaça artesanal e construções irregulares de puxadinhos no Complexo Prisional do Curado, na Zona Oeste do [Recife](#), novas imagens revelam superlotação na Penitenciária Agroindustrial São João, em [Itamaracá](#), na Região Metropolitana. Na unidade, os detentos improvisam beliches e divisórias para se acomodarem. A falta de espaço é tão grande que eles dormem em corredores e até transformam mesas do refeitório em camas.

As cenas foram gravadas pelo promotor Marcellus Ugiette. Para ele, as condições precárias na penitenciária de Itamaracá estão diretamente ligadas a problemas antigos e cada vez mais graves. No local, os presos deveriam fazer cursos profissionalizantes e se preparar para uma nova vida longe da prisão. No entanto, os galpões onde eles deveriam aprender uma profissão foram ocupados como se fossem mais um pavilhão.

"A superlotação e a ausência do estado. A falta e ausência de construção imediata de unidades prisionais. Tanto no Presídio Aníbal Bruno quanto em Palmares, quanto na Barreto Campelo, quanto na PAI [Itamaracá], precisamos de ações emergenciais do

estado. Presos constroem casas, presos mandam uns nos outros, é essa agonia, esse caos que vocês estão mostrando, que tem em todas as unidades", afirmou o promotor Marcellus Ugiette. Para o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a superlotação é a principal causa dos abusos cometidos por detentos. O órgão encaminhou à 1ª Vara de Execuções Penais o pedido de interdição parcial do maior conjunto prisional do estado, o antigo Aníbal Bruno. Toda a documentação faz parte do processo que foi aberto em dezembro passado.

O MPPE quer evitar a entrada de novos detentos até que os principais problemas sejam resolvidos. Não há prazo previsto pra conclusão do processo, mas o juiz da 1ª Vara de Execuções Penais diz que vai ouvir a sociedade para decidir se interdita ou não os três presídios do antigo Aníbal Bruno.

"Eu penso em encontrar também nesse processo a oportunidade para que a sociedade civil envolvida com o sistema prisional e os defensores de direitos humanos também tenham a oportunidade de falar. Afinal de contas, eles trabalham diretamente conosco e estão envolvidos e merecem todo nosso respeito. Então, a oportunidade para eles falarem deve existir, a sociedade deve se pronunciar e, em seguida, eu devo voltar o processo ao Ministério Público ou efetuar algumas diligências que se façam necessária para que a gente possa fundamentar a decisão final desse processo de decisão parcial", explicou o juiz Luiz Rocha.

O secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico, responsável pelo sistema prisional de Pernambuco, afirmou que o governo do estado vai construir novos presídios. "Nós temos que construir novas unidades e o governador Paulo Câmara (PSB) vai anunciar, no próximo sábado, essas novas unidades. Por outro lado, nós temos que evoluir com outros tipos de sanções no sistema prisional para reduzir essa pressão. Fazer o quê? Delitos de menos potencial ofensivo, nós temos a oportunidade de oferecer a prisão domiciliar ou uma tornozeleira. Em segundo lugar, nós temos a oportunidade de trabalhar junto ao Poder Judiciário a redução daqueles presos chamados de sumariados, presos com prisão preventiva decretada. Em Pernambuco são cerca de dez mil que estão presos preventivamente, mas não foram julgados. Nós temos que acelerar esse tipo de procedimento".

Assunto: Supermercado é condenado a indenizar em R\$ 20 mil a cliente que teve carro furtado	
Veículo: folhape.com.br	Data: 09/01/2015
Editoria:	Seção:



Supermercado é condenado a indenizar em R\$ 20 mil a cliente que teve carro furtado

Valor será atualizado com juros e correção monetária. Partes podem recorrer da decisão

O grupo Cencosud Brasil Comercial Ltda foi condenado ao pagamento de R\$ 20 mil, a título de danos morais, a um cliente que teve o carro furtado do estacionamento do supermercado G Barbosa, que pertence ao grupo, enquanto realizava compras. O valor será atualizado com juros e correção monetária. A sentença foi proferida pelo juiz Alexandre Freire Pimentel, da 29ª Vara Cível da Capital, e publicada no Diário de Justiça Eletrônico da última terça-feira (6). As partes podem recorrer da decisão.

O furto ocorreu em setembro de 2013. A empresa ainda terá que restituir ao autor o valor de R\$ 220, referente à compra de uma nova bateria para o veículo, pois o equipamento foi retirado do carro com o furto. O estabelecimento também foi condenado ao pagamento dos honorários advocatícios e das custas processuais, fixados em 20% sobre o valor da condenação.

O autor da ação alegou que é consumidor do supermercado e que foi ao local acompanhado da esposa e dos filhos no próprio veículo. O cliente declarou que, após efetuar as compras, se dirigiu ao estacionamento, mas não encontrou o seu carro e, por isso, comunicou o fato aos responsáveis, que confirmaram o furto através de imagens das câmeras do local. Porém, de acordo com o consumidor, o supermercado afirmou não se responsabilizar pelos veículos estacionados no estabelecimento.

Segundo os autos do processo, o cliente foi no mesmo dia até o plantão policial para comunicar a ocorrência do furto, tendo o referido veículo sido entregue no dia seguinte pela Delegacia de Repressão a Roubo e Furto de Veículos, mas sem a bateria e com o som danificado. Por isso, o autor da ação requereu a condenação do supermercado ao pagamento de danos morais e à restituição do valor da bateria.

O estabelecimento comercial contrariou as alegações do cliente, afirmando que não possui nenhuma responsabilidade sobre o fato, pois furto é um evento inevitável. A defesa do supermercado também alegou não ter ocorrido qualquer falha de comportamento da empresa em relação à segurança e que o furto pode ter ocorrido por negligência da vítima. Assim, afirmou não haver danos morais e, com a entrega do veículo no dia posterior ao incidente, quase se exauriu o suposto dano material sofrido pelo homem. De acordo com o magistrado, é inquestionável a responsabilidade da empresa pelo furto do veículo no estacionamento do supermercado.

Assunto: Audiência sobre negligência de médico em cirurgia bariátrica ocorre nesta sexta	
Veículo: folhape.com.br	Data: 09/01/2015
Editoria:	Seção:



Audiência sobre negligência de médico em cirurgia bariátrica ocorre nesta sexta

Segundo familiares, paciente não tinha obesidade mórbida e foi induzida a engordar

A primeira audiência de instrução da ação penal contra o cirurgião Gustavo Menelau, acusado de homicídio culposo pela morte da empresária Fernanda Nóbrega, de 26 anos, ocorrerá nesta sexta-feira (9), às 15h, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, área central do Recife. O médico será julgado por negligência no caso que resultou na morte da paciente após uma cirurgia de redução de estômago, em outubro de 2013.

A primeira audiência deveria ter acontecido no dia 24 de outubro, mas foi adiada porque o juiz titular da Sétima Vara Criminal, Francisco Galindo, estava de férias e seu substituto, Elson Zopellaro Machado, havia sido convocado pela Justiça Eleitoral. Além do processo criminal, o médico está respondendo a Processo Ético Profissional no Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe).

O caso ocorreu em um hospital particular do Recife. A jovem de 1,62 metro tinha 80 quilos, peso abaixo do recomendado para a cirurgia bariátrica. Conforme o processo, a paciente foi induzida a engordar para poder se enquadrar no procedimento médico. Ela procurou dois endocrinologistas para obtenção do laudo, mas o documento foi negado. Segundo a família, Menelau indicou uma endocrinologista, que forneceu o laudo.

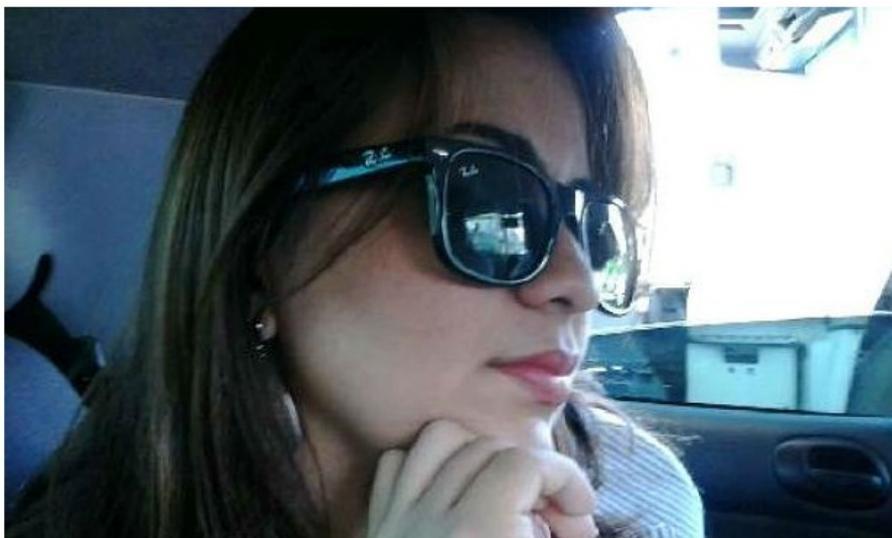
Ainda conforme familiares, a vítima não reagiu bem, mas, em nenhum momento, foi conduzida a uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). A jovem recebeu alta, mas voltou ao hospital menos de um dia depois, esperando 12 horas para que o cirurgião realizasse um segundo procedimento cirúrgico, para corrigir, segundo o médico, uma obstrução no intestino. Ao sair do bloco cirúrgico, Fernanda reclamava de dores fortes e de intensa falta de ar, mas o médico dizia que se tratavam de sintomas de ansiedade.

Fernanda morreu no dia 2 de novembro de 2013, quatro dias depois da primeira cirurgia. Ela deixou dois filhos pequenos, hoje com quatro e cinco anos.

Assunto: Primeira audiência sobre morte de paciente de cirurgia bariátrica será nesta sexta	
Veículo: NE10	Data: 09/01/2015
Editoria:	Seção:



Primeira audiência sobre morte de paciente de cirurgia bariátrica será nesta sexta



Fernanda morreu aos 26 anos de idade, quatro dias após ser operada

A primeira audiência de instrução e julgamento contra o cirurgião Gustavo Menelau, acusado de homicídio culposo (sem intenção de matar) pela morte da paciente Fernanda Nóbrega, será realizada nesta sexta-feira (09), a partir das 15h, no Fórum Joana Bezerra, no Recife. A audiência deveria ter sido realizada no último dia 24 de outubro, mas foi adiada porque o juiz titular da Sétima Vara Criminal, Francisco Galindo, estava de férias e o seu substituto havia sido convocado pela Justiça Eleitoral.

O médico bariátrico Gustavo Menelau foi responsável pela cirurgia de redução de estômago (gastroplastia) realizada em outubro de 2013 na empresária Fernanda Nóbrega. A paciente morreu aos 26 anos de idade, quatro dias após ser operada. De acordo com a família, a jovem de 1,62m tinha apenas 80 kg, peso abaixo do recomendado para a gastroplastia. A família disse que ela foi induzida a engordar para fazer a cirurgia e emagrecer mais rápido.

Na audiência desta sexta-feira, 15 testemunhas, sendo oito de acusação e sete de defesa, serão ouvidas pelo juiz Francisco Galindo. O médico Gustavo Menelau também deverá ser interrogado pela promotoria e demais advogados. De acordo com o advogado da família de Fernanda Nóbrega, Erik Gondim, o processo de instrução deve exigir, pelo menos, mais duas audiências. "Estamos confiantes na Justiça. O caso também foi denunciado ao Cremepe (Conselho Regional de Medicina de Pernambuco), que abriu

Processo Ético Profissional (PEP) contra o médico. Enquanto o processo está em andamento, o cirurgião segue no exercício da medicina", afirmou o advogado.

O NE10 procurou o Cremepe para obter informações sobre o andamento do PEP. Por meio de sua assessoria de imprensa, a entidade informou que, de acordo com suas normas, o processo corre em sigilo e tem o prazo prescricional de até cinco anos, a partir a instauração do PEP.

NEGLIGÊNCIA- A família de Fernanda Nóbrega também acusa o cirurgião de negligência. A jovem não teria reagido bem à cirurgia realizada no dia 29 de outubro de 2013 e não foi conduzida a uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Fernanda teria recebido alta e em menos de 24 horas retornado ao hospital, ocasião em que, segundo familiares, não recebeu o devido acompanhamento do médico. Após aguardar por mais de 12 horas, a paciente foi submetida a um segundo procedimento cirúrgico para corrigir uma obstrução no intestino. Voltou a reclamar de dores e não foi levada para a UTI. Ainda segundo a família, na manhã do dia 2 de novembro, o cirurgião teria ido visitá-la e afirmado que ela estava ótima e que os seus sintomas eram de ansiedade. Fernanda Nóbrega faleceu na noite do mesmo dia.

Assunto: Supermercado é condenado a indenizar cliente que teve carro furtado de estacionamento	
Veículo: NE10	Data: 09/01/2015
Editoria:	Seção:



Supermercado é condenado a indenizar cliente que teve carro furtado de estacionamento

O grupo do supermercado G Barbosa foi condenado a pagar R\$ 20 mil por danos morais a um cliente pernambucano que teve o carro furtado do estacionamento da loja, enquanto fazia compras. A empresa terá que pagar ainda uma bateria para o veículo - que foi recuperado sem o equipamento - , no valor de R\$ 220, além dos honorários advocatícios e custas processuais, 20% sobre o valor da condenação.

O crime aconteceu em 2013, quando o consumidor foi ao supermercado com a família. Após terminar as compras, chegou no estacionamento e não encontrou o carro. Ele informou aos responsáveis do estabelecimento, que confirmaram o furto por meio das imagens das câmeras de segurança. O supermercado teria informado que não se responsabilizava pelos carros estacionados no estabelecimento.

No mesmo dia, o cliente recorreu à polícia e relatou o ocorrido. O veículo foi entregue no dia seguinte pela Delegacia de Repressão a Roubos e Furtos de Veículos, sem a bateria e com o som quebrado. Segundo o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a defesa do supermercado insistiu que não tinha responsabilidade sobre o fato e que não houve falha de comportamento da empresa em relação à segurança. Teria culpado ainda o cliente por negligência.

O juiz Alexandre Freire Pimentel, da 29ª Vara Cível da Capital, informou que os clientes vão ao estabelecimento por acreditar que estes são seguros. "[O supermercado] por certo deve responder ante a quebra de confiança ao consumidor", escreveu. A decisão foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico de terça-feira (6). As partes ainda podem recorrer.

Assunto: Primeira audiência do caso Fernanda Nóbrega nesta sexta	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 09/01/2015
Editoria:	Seção:



Primeira audiência do caso Fernanda Nóbrega nesta sexta

Cirurgião Gustavo Menelau, é acusado de homicídio culposo e será julgado por negligência

Acontece nesta sexta-feira (9) a primeira audiência de instrução e julgamento da ação penal do caso de Fernanda Nóbrega, que morreu após uma cirurgia de redução de estômago. O médico responsável pela operação, o cirurgião Gustavo Menelau, é acusado de homicídio culposo e será julgado por negligência. A audiência acontece no Fórum Joana Bezerra, no Recife.

A empresária Fernanda Nóbrega, 26, foi operada pelo cirurgião no dia 29 de outubro de 2013, mesmo sem o peso recomendado para a gastroplastia. Ela chegou a engordar para fazer o procedimento e voltou ao hospital menos de 24h depois de receber alta. Segundo a família, a empresária não recebeu o atendimento adequado e esperou 12h até que o médico realizasse um novo procedimento cirúrgico, para corrigir, segundo o cirurgião, uma obstrução no intestino.

Já no pós-operatório Fernanda continuou se queixando de dores e falta de ar que, segundo o médico, seriam sintomas de ansiedade, normais no pós-cirúrgico. Fernanda morreu no dia dois de novembro, depois de ser avaliada como "ótima" por Menelau, segundo a família. Ela deixou dois filhos pequenos, hoje com 4 e 5 anos de idade.